



ACTA N.º 01/AG/2024

A 28 de Março de 2024, pelas 10,00 horas, reuniu em Luanda, no Hotel Epic Sana, de forma presencial e conforme prévia convocação apensa à presente acta, a Assembleia Geral Anual da Sociedade Banco Caixa Geral Angola, S.A. – Sociedade Aberta (“Banco” ou BCGA”), com sede na Avenida 4 de Fevereiro, n.º 99, em Luanda, contribuinte fiscal número 5410003705, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o número cento e sessenta e dois de dois mil e dois (162/2022) e com o capital social de sessenta mil milhões de Kwanzas (Kz 60.000.000.000).

Assumiu a presidência da sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Eduardo Vera- Cruz Pinto, estando presentes o Vice-Presidente, Senhor Benjamim Adérito da Silva Mosquito MBakassy e o Secretário da Sociedade, Senhora Marília Makeba Figueira.

Para além dos accionistas com direito de voto presentes e dos membros da mesa, participaram nos trabalhos desta Assembleia Geral, nos termos dos números 4 e 5 do artigo 399.º da Lei das Sociedades Comerciais:

a) - Membros do Conselho de Administração – os Senhores José Manuel Cerqueira (Presidente), Francisco Ravara Cary (1.º Vice – Presidente), Raquel Rute da Costa David Vunge (2.º Vice – Presidente) e os vogais João Manuel de Castro Plácido Pires (PCE), Miguel Francisco Luís Manuel, Ana Margarida Bravo Seabra, Francisco José Rosado dos Santos, Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva, Manuel Nicolau Pedro Diogo e Helena Monteiro Jardim.

b) - Membros do Conselho Fiscal – os Senhores Nelson Efeingue Bernardo (Presidente), José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues (Vice-Presidente) e o Vogal José Manuel Nunes Liberato.

c) - Representante do Auditor Externo (PricewaterhouseCoopers – PwC), Senhor Carlos José Rodrigues.

Participaram ainda os Membros da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS), os Senhores Francisco Xavier Soares Albergaria d’Aguiar (Presidente) e José Jaime Agostinho de Sousa Freitas (vogal).

Confirmada que foi a elaboração da lista de presenças, que ficará arquivada junto da presente acta, o Presidente da Mesa cumprimentou os membros dos órgãos sociais, os Accionistas e demais presentes.

De seguida, o Presidente da Mesa lembrou que para o bom funcionamento da sessão seria necessário serem cumpridas as regras constantes da Convocatória, que explicou em breves palavras.

O Presidente da Mesa informou ainda que não tinha permitido a participação de accionistas por via telemática pelo facto de não ter recebido confirmação de haver condições técnicas plenas para o efeito.

Finalmente, o Presidente da Mesa informou que, desde que a Assembleia Geral não se oponha, permitirá que as seguintes pessoas assistam aos trabalhos por via telemática, mas a partir de uma sala na sede do accionista Caixa Geral de Depósitos, que reúne todas as condições técnicas e de segurança exigidas: o Senhor Carlos José Rodrigues, que é o Representante do Auditor Externo, o Senhor Francisco Xavier Soares Albergaria



d'Aguiar, que é o Presidente da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, bem como o Senhor Nuno Pena, membro da Direção de Suporte Corporativo do Accionista Caixa Geral de Depósitos.

Por outro lado, também marcam presença na sala alguns colaboradores do Banco, que darão o necessário apoio à Mesa e a todos os presentes, bem como os Senhores Mário Nelson Cardoso Maximino e Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz, que estão a apoiar tecnicamente a Mesa nos trabalhos respeitantes a esta reunião.

Não se tendo registado oposição, ficando assim confirmada a participação das referidas pessoas por via de meios telemáticos e na sala, o Presidente da Mesa informou os presentes que verificou o cumprimento dos procedimentos relativos à convocação da Assembleia e ao direito dos Accionistas a informação prévia, tendo todos os documentos de suporte estado disponíveis, desde a data da convocação, numa sala na Sede do Banco e no sítio do Banco, na página dedicada à Assembleia Geral.

Finalmente, o Presidente da Mesa deu conta que o Senhor Amin Herji, representante do accionista Elnor Holding, se apresentou nesta Assembleia, mas que não se credenciou para participar na reunião. Ainda assim, solicitou autorização para assistir, sendo claro que não poderá intervir ou participar. O Presidente da Mesa referiu que nada terá a opor a essa presença, nestas condições, desde que os Accionistas presentes também não se oponham. Nenhum Accionista manifestou a sua oposição.

De seguida, o Presidente informou que estavam presentes ou devidamente representados, naquele momento, 24 accionistas, detentores de 19.121.584 acções, a que correspondem 19.110 votos, o que significa cerca de 96% do capital social, existindo por conseguinte quórum suficiente para reunir e deliberar.

O Presidente também referiu aos Accionistas que as votações serão concretizadas através de voto eletrónico. Sendo esta uma novidade na vida societária do Banco, o Presidente solicitou ao Senhor Sérgio Gaspar, colaborador do Banco, para explicar como o processo se desenrolará e para esclarecer todas as dúvidas que surjam.

Estando todos esclarecidos sobre o sistema de votação e inexistindo qualquer dúvida a esse propósito, o Presidente declarou que a Assembleia se encontrava em condições de validamente reunir e deliberar, dando início aos trabalhos com a leitura da agenda de trabalhos, que consta da Convocatória publicada no Jornal de Angola do dia 28 de Fevereiro de 2024:

PONTO 1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2023, incluindo o Relatório de Governo Societário.

PONTO 2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados de 2023.

PONTO 3. Apreciar o desempenho da administração e fiscalização da Sociedade em 2023.

PONTO 4. Apreciar a Declaração Anual da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

PONTO 5. Deliberar sobre a delegação na Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais da competência para definir a remuneração individual dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade, relativa ao exercício de 2023, na sua componente variável, com



observância do montante global máximo e da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovadas pela Assembleia Geral.

PONTO 6. Outros assuntos.

Entrando na Agenda de Trabalhos, o Presidente anunciou que iria colocar à discussão conjunta os **Pontos um e dois** (“Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2023, incluindo o Relatório de Governo Societário” e “Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados de 2023”), cujos documentos de suporte foram disponibilizados no dia da publicação da Convocatória, embora a votação de cada um dos Pontos fosse em separado.

Transcreve-se em seguida duas propostas do Conselho de Administração relativas aos pontos um e dois da agenda, cuja leitura foi dispensada:

Proposta para o Ponto um, a qual foi subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração:

“Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração propor a aprovação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2023, de que faz parte integrante o Relatório do Governo Societário, tal como apresentado.”

Proposta para o Ponto dois, a qual foi subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração:

“Tendo em consideração”:

- a) As disposições legais e estatutárias;
- b) A política de dividendos do Banco Caixa Geral Angola (BCGA) e o Acordo Parassocial, bem como garantir uma certa estabilidade no rácio de dividendo a distribuir aos accionistas;
- c) Que a Reserva Legal mínima obrigatória não está ainda integralmente constituída;
- d) Que o BCGA atingiu no fecho do ano de 2023 um Resultado Líquido de 36.641.217.250,10 de kwanzas (Trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um milhões, duzentos e dezassete mil, duzentos e cinquenta kwanzas e dez cêntimos), conforme o Relatório e Contas a submeter aos senhores Accionistas;
- e) Que o BCGA continuará a promover e a defender o equilíbrio entre a rentabilidade proporcionada aos accionistas e a solidez e robustez do banco, no que concerne à preservação do seu capital e à adequação do seu rácio de solvabilidade ao novo enquadramento legal e numa perspectiva de crescimento;
- f) Que a futuro, o BCGA poderá ter que fazer ajustes ao rácio de distribuição de dividendos, podendo inclusivamente vir a propor que seja inferior a 49%, caso surja a necessidade de reforço de solvabilidade do banco e em defesa dos próprios accionistas, evitando preventivamente a necessidade de recorrer a aumentos de capital, para fazer face às novas exigências de capital regulamentar à medida que o BNA avança no período transitório de aplicação da moldura de supervisão europeia ao sistema financeiro angolano, suportar o crescimento futuro do banco, a sua sustentabilidade e a salvaguarda da sua quota de mercado,

O Conselho de Administração propõe:

I



Nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art. 71º e da alínea b) no n.º 1 do Art. 396º da Lei das Sociedades Comerciais, bem como da alínea a) do n.º 2 do Art. 11º dos Estatutos do BCGA, que o resultado líquido do exercício, no montante de Kz 36.641.217.250,10 de kwanzas (Trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um milhões, duzentos e dezassete mil, duzentos e cinquenta kwanzas e dez centimos), seja aplicado do seguinte modo:

- a) 10% (Dez por cento) para Reserva Legal, no montante de 3.664.121.725,01 de Kwanzas;
- b) 49% (Quarenta e nove por cento) para dividendos, no montante de 17.954.196.452,55 Kwanzas;
- c) O restante (41%) para incorporação na rubrica “Outras Reservas” do balanço, no montante de 15.022.899.072,54 de Kwanzas.

II

Que a cada acção seja pago o dividendo unitário de 897,71 Kwanzas, um valor superior em 4,14%, ao dividendo unitário pago no ano anterior.”

O Presidente da Mesa, considerando que a documentação de suporte fora atempadamente disponibilizada a todos os accionistas, dispensou a respectiva leitura, pelo que deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração

Tomou então a palavra o Presidente do Conselho de Administração. Após saudar os membros da Mesa, os restantes membros dos Órgãos Sociais, o Presidente do Conselho de Administração saudou igualmente os Accionistas presentes, tanto os fundadores do Banco, como os que repetem a sua participação na Assembleia e os que se estreiam na reunião, dando conta que a sua presença muito dignifica o trabalho desenvolvido ao longo do exercício por toda a estrutura do Banco, que trabalha de forma afincada para a materialização da missão e dos objetivos estratégicos.

O Presidente do Conselho de Administração referiu que nesta é dada a voz aos seus Accionistas para se pronunciarem sobre temas fundamentais, como as contas e os resultados referentes ao ano de 2023, de acordo com os imperativos legais e as boas práticas societárias; recordou que o Banco é uma instituição financeira bancária de capital aberto, supervisionado directamente pelo Banco de Nacional de Angola e pela Comissão do Mercado de Capitais, pelo que também endereça uma palavra de agradecimento aos reguladores pela forma como têm mantido uma relação próxima e de grande colaboração com o Banco.

Mais referiu o Presidente do Conselho de Administração que o Banco mantém na sua estrutura um modelo de governo dualista, composto pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva (com vários comités especializados, com destaque para a recente criação do Comité de Sustentabilidade) e que este modelo confere uma maior segurança aos Accionistas, aos parceiros e aos clientes, que depositam enorme confiança nos serviços e produtos oferecidos pelo Banco.

O Presidente do Conselho de Administração deu conta que o ano de 2023 comportou grandes desafios para a economia Angolana, com particular destaque para a volatilidade cambial do Kwanza em relação às principais divisas e a imprevisibilidade dos níveis de depreciação da moeda ao longo do ano; que o sector financeiro está sempre na primeira linha das exigências no que concerne ao progresso e ao desenvolvimento do país, pelo que o nível de regulamentação é cada vez maior, facto que implica constantes ajustes na

estrutura do Banco e uma crescente adaptabilidade face às exigências de capital impostas pelo regulador, ao nível dos mercados mais evoluídos; que a evolução do mercado de capitais ditou a transferência dos serviços e actividades de investimento das instituições financeiras bancárias para as não bancárias; que o modelo de banca está em permanente mutação e que se verifica um aumento da concorrência, com a entrada de grandes *players* de matriz africana em crescimento; que estes factores constituem os principais desafios que o Banco terá de enfrentar, com grande espírito de missão, seriedade e rigor, por forma a manter o seu compromisso de criação de valor para a economia, para a sociedade e para os seus Accionistas.

O Presidente do Conselho de Administração concluiu a sua intervenção fazendo votos de uma excelente reunião e manifestou a sua certeza de que o Banco continuará unido e coeso na prossecução dos seus objectivos para os anos vindouros, dando retorno aos seus Accionistas, à economia e à sociedade angolana.

Tomou, então, a palavra o Presidente da Comissão Executiva, que cumprimentou os membros da Mesa, os Accionistas e os restantes membros dos Órgãos Sociais. O Presidente da Comissão Executiva recordou que, há 30 anos, o Banco foi o primeiro banco de capital estrangeiro a entrar no mercado; que, em 2022, o Banco foi a primeira sociedade com capital estrangeiro a cotar as suas ações na BODIVA; que, em 2023 e 2024, o Banco está na primeira linha dos bancos angolanos com total *compliance* para pagamentos internacionais e actor relevante no financiamento de pequenos e médios projetos para incremento da produção nacional.

Mais referiu o Presidente da Comissão Executiva que o ano de 2023 foi muito desafiante para o Banco e para a banca angolana em geral, sendo o cenário macro no final do ano totalmente o inverso da situação no início e as expectativas muito menos favoráveis, sendo difícil antever o cenário macro para o final do ano em curso; que, durante 2023, o Banco comemorou os 30 anos de atividade com diversas iniciativas dirigidas aos clientes e aos trabalhadores, para agradecer a uns a continuada confiança depositada e aos outros o empenho que colocam em servir cada vez melhor os clientes e a instituição.

O Presidente da Comissão Executiva deu nota que, no mundo, subsistiram as tensões geopolíticas que vinham do ano anterior e novas surgiram; que a estabilização da inflação em níveis compatíveis com o crescimento continuado e o progresso social continua a ser um objetivo a atingir; que a moeda se desvalorizou substancial e subitamente contra as principais divisas e a inflação retomou uma trajetória ascendente; que o BNA tenta combater esta conjuntura com medidas não convencionais, sem subir, pelo contrário, taxas de juro, para poder continuar a promover o crédito à economia e tentar evitar a falência de empresas e famílias.

De seguida, o Presidente da Comissão Executiva informou que a concorrência se intensificou com a entrada no mercado angolano, por via da compra de pequenos bancos, perspectivando-se para 2024 novas fusões e entrada de mais bancos internacionais no mercado angolano; que o ambiente regulatório continua a evoluir no sentido de uma maior exigência, de capital, de liquidez, de controlo do risco e de rigor na validação das transações dos clientes, tendo em vista a plena integração de Angola nos mercados financeiros e de capitais internacionais, contexto que acarreta mais custos, exige mais capital e coloca novos desafios à gestão e aos colaboradores, aos quais o Banco conseguiu dar resposta, cumprindo os objetivos, tendo sido possível superar o orçamento e melhorar os níveis de serviço e a rentabilidade.




O Presidente da Comissão Executiva informou os presentes que o ano de 2023 terminou com o principal indexante de crédito, a Luibor a 1 mês, no mínimo dos últimos 9 anos, continuando a inflação a aumentar para mais de 25% e o indexante sem superar um dígito, por debaixo da remuneração dos depósitos a prazo, colocando em causa equilíbrios fundamentais do negócio bancário; que a regulação evoluiu e, já em 2023, obrigou o Banco a manter níveis acrescidos de liquidez disponível, nada ou muito pouco remunerada e, em 2024, imporá contribuições acrescidas para o fundo de resolução bancária a ser criado, sendo que o capital regulatório necessário para operar o negócio também está a aumentar, sendo expectável que, com a continuação da implementação das regras internacionais, as condições para a distribuição de dividendos também venham a ir muito além da existência de resultados, havendo que reter o necessário para responder a acrescidas exigências de capital.

O Presidente da Comissão Executiva deu também conta que, em 2023, o Banco aumentou pelo terceiro ano consecutivo o resultado líquido, o melhor de sempre na história do Banco, que atingiu os 36,6 biliões de Kwanzas, ou seja 1 832 Kwanzas por acção; que este resultado só foi possível porque o Banco cresceu para cima de 5% de quota de mercado no negócio bancário, apesar do aumento da concorrência, fruto da confiança que cada vez mais clientes depositam no Banco; a carteira de crédito à economia angolana mais do que duplicou, tendo registado o maior crescimento na história do Banco, fruto não de poucas grandes operações mas de muitas pequenas e médias; o Banco continuou a superar a quota obrigatória de operações de crédito ao investimento produtivo elegíveis para o Aviso n.º 10 do BNA e celebrou protocolos com diversas autoridades públicas para apoiar o investimento produtivo e a retoma económica do setor não petrolífero; o Banco está a inovar no serviço prestado pela rede, através do lançamento das agências Kiosk, que por via de equipamentos permitem realizar todos os serviços bancários básicos, da criação da rede de centros *affluent*, para um atendimento personalizado dos clientes com mais necessidades de serviço bancário e da criação da Direção de Gestão à Distância, que constitui uma aposta na banca digital e nos clientes das novas gerações que privilegiam este tipo de serviço; o Banco também criou o Departamento e o Comité de Sustentabilidade, tendo sido lançados os primeiros produtos de crédito com características ESG, nomeadamente para financiamento da instalação de painéis solares em empresas e casas particulares; o Banco assinou um protocolo com o Fundo de Garantai de Crédito para promoção do financiamento dos investimentos necessários para a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental das empresas que se obriguem a cumprir padrões internacionais de sustentabilidade mensuráveis, pretendendo o Banco assumir-se como um importante dinamizador da rápida conversão das empresas angolanas para os novos padrões ESG; o Banco obteve, pelo segundo ano consecutivo, o prémio Tchiluanda da Bodiva, para a acção com melhor *performance*.

Finalmente, o Presidente da Comissão Executiva expressou que toda a equipa do Banco está unida no propósito de prestar aos clientes serviços bancários personalizados e de qualidade, compatibilizando inovação criadora de valor para o cliente com os mais elevados padrões de *compliance* e de gestão do risco, entrando, assim, no 31.º ano de existência acreditando na capacidade do Banco e da equipa para continuar a merecer a confiança de cada vez mais clientes e mais acionistas.

O Presidente da Comissão Executiva solicitou de seguida que fosse permitido ao Administrador com o pelouro financeiro, Francisco Rosado Santos, uma explicação mais detalhada dos dois documentos em debate.



Seguiu-se a apresentação do Administrador Francisco Rosado Santos, com base em documento que foi projectado e ficará arquivado juntamente com a documentação de suporte à reunião.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, que, depois de saudar todos os presentes, deu nota detalhada da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal para o acompanhamento da actividade do Banco. O Presidente do Conselho Fiscal explicou que o Conselho se reuniu 27 vezes e deu conta que assistiu a todas as reuniões do Conselho de Administração e que também reuniu com a Comissão Executiva, com o Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI), com a Direção de Auditoria Interna, com a Direção de Gestão de Riscos, com a Direção de Contabilidade, com o Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão e com o Gabinete de Suporte à Função de Compliance, tudo no âmbito das competências funcionais dessas estruturas e para o acompanhamento das respetivas atividades. Mais referiu que o Conselho Fiscal se inteirou dos trabalhos de preparação da informação financeira e dos processos de encerramento de contas, tendo obtido os esclarecimentos solicitados; averiguou a evolução dos principais rácios prudenciais; averiguou a eficácia do sistema de controlo interno instituído no Banco; analisou os principais riscos de imparidade nas carteiras de título e de crédito; analisou as actas das reuniões dos órgãos sociais; acompanhou os relatórios, pareceres, notificações e outras informações emitidas pelas autoridades de supervisão e fiscalização, tendo discutido o seu conteúdo e impacto na atividade e situação económica e financeira do Banco; inteirou-se dos principais desafios e dos constrangimentos para o negócio, em geral no cumprimento do plano estratégico do Banco e em particular os impactos da crise pandémica e do conflito entre a Rússia e a Ucrânia nas atividades e na gestão de risco do Banco; inteirou-se dos trabalhos desenvolvidos pelo Auditor Externo e apreciou o relatório produzido pelo mesmo; teve presente o relatório de avaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e sobre os seus sistemas de governo e controlo interno com referência a 30 de Novembro de 2023 e as normas aplicáveis, tendo emitido o correspondente parecer em Dezembro de 2023; teve presente o relatório de governança do Banco e sobre os seus sistemas de governo e controlo interno por referência a 31 de Dezembro de 2023 e as normas aplicáveis, tendo emitido o correspondente parecer em Janeiro de 2024; preparou e emitiu, em Janeiro de 2024, parecer sobre a qualidade do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa por referência a 31 de Dezembro de 2023; aferiu o cumprimento das orientações legais em vigor no sector bancário e as relativas ao relatório de governo societário, incluindo nos documentos de prestação de contas. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Comissão Executiva e dos Serviços do Banco e as conclusões e informações constantes do Relatório de Auditoria Independente emitido sem reservas e sem ênfases, referiu que a intensa atividade do Conselho Fiscal permite dar o conforto às partes interessadas a aprovação: a) do Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração; b) das demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas do anexo; c) da proposta de aplicação de resultados; do relatório do Governo Societário.

Tendo o Presidente dado a palavra, dela fez também uso o representante do Auditor Externo (PwC). Depois de saudar os presentes, o Auditor Externo deu algumas explicações sobre a alteração do modelo de apresentação do relatório face ao ano anterior, tendo informado que tinha acompanhado a preparação e fecho das contas, bem como tinha



analisado o Relatório de Gestão e o Relatório de Governo Societário relativos ao exercício de 2023, tendo emitido o seu parecer sem reservas ou ênfases, que o Banco disponibilizara a todos os accionistas.

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos accionistas que o desejassem. Porque nenhum accionista pediu a palavra, o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Postos à votação os documentos relativos ao Ponto Um da Ordem de Trabalhos - “Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2023, incluindo o Relatório de Governo Societário” – a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por 19.110 votos a favor, tendo, assim, sido aprovados por unanimidade.

Realizada a votação relativa à proposta do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos - “Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados de 2023” – a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por 19.110 votos a favor, tendo, assim, sido aprovados por unanimidade.

Ponto 3. Apreciar o desempenho da administração e fiscalização da Sociedade em 2023:

Entrando no Ponto Três da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa lembrou que a Mesa recebeu uma proposta dos accionistas António Mosquito e José Jaime de Agostinho de Sousa Freitas, transcrita a seguir, a qual esteve à disposição de todos desde a data da convocação da Assembleia, pelo que era dispensável a sua leitura.

Proposta relativa ao ponto três da Ordem de Trabalhos:

“Considerando que:

- i. Nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do Art.º 396º da Lei das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral Anual deverá apreciar o desempenho da administração e da fiscalização da Sociedade;
- ii. O empenho e profissionalismo do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e de cada um dos seus membros, no exercício de 2023, foram decisivos para o desenvolvimento da actividade da Sociedade e o resultado por ela alcançado.

Propõe-se:

Que a Assembleia delibere apreciar positivamente a administração e fiscalização do Banco no exercício de 2023 a atribuir um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal e a cada um dos seus membros”.

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos accionistas que o desejassem.

Porque nenhum accionista pediu a palavra, o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Realizada a votação relativa ao Ponto Três – “Apreciar o desempenho da Administração e fiscalização da Sociedade em 2023” – a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 18.221 votos a favor, 305 votos contra e 584 votos de abstenção.



Ponto 4. Apreciar a Declaração Anual da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização:

Entrando no Ponto quatro da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa lembrou que a Declaração Anual referenciada neste Ponto da Ordem de Trabalhos, subscrita pela CROS relativa a este ponto estivera à disposição de todos desde a data da convocação da assembleia. Mais referiu que também esteve igualmente à disposição de todos o apenso à referida Declaração Anual, onde se encontra o Parecer subscrito pela CROS sobre a reavaliação da adequação das pessoas aptas para integrar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, para os efeitos do número 6 da Política de Avaliação da Adequação para a Seleção dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais do Banco. Desta forma, considera-se dispensável a leitura desses documentos, sendo os mesmos transcritos para a acta.

Transcrição da Declaração Anual da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização:

“I – Enquadramento

A presente declaração tem por objecto a verificação do cumprimento da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais bem como a avaliação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (MOAF) relativamente a 2023, a fim de ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária de 2024 (AG), nos termos previstos na Lei, no Estatuto do Banco e na regulamentação interna.

Enquanto Instituição de Crédito, o BCGA está obrigado a submeter à aprovação da AG uma declaração de que conste a verificação do cumprimento da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, nos termos estabelecidos no art.º 186 da Lei nº 14/2021.

II – Política de remuneração dos membros dos órgãos sociais

A Política de Remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais, que tem em conta a Lei, está vertida na OS 19/2020, aprovada na AG de 23 de Abril de 2021.

III – O Modelo de Governo

O Modelo de Governo do BCGA cumpre com os requisitos apresentados no Aviso nº 01/22 do BNA.

Os actuais Órgãos Sociais foram eleitos na AG Extraordinária de 07 Abril de 2022 e AG de 31 de Março de 2023 para o mandato 2022-2024, tendo os mesmos entrado em exercício de funções após o pronunciamento do BNA mediante o respectivo registo.

Para além da existência de um Conselho de Administração e de um Conselho Fiscal, com as atribuições previstas na Lei, o Banco possui uma Comissão Executiva (CE), um Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI), um Comité de Riscos (CR) e um Comité de Remunerações (CRM), bem como uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS), cujo regulamento foi aprovado na reunião do dia 20 de Junho de 2022, e desempenha as funções do Comité de Nomeações previsto no Artigo 184 da Lei nº 14/21. Os poderes e o modo de funcionamento da CE foram aprovados pelo Conselho de Administração na sua reunião de 27 de Setembro de 2022, tendo este órgão aprovado o Regulamento do CACI na reunião de 18 de Fevereiro de 2022 e os Regulamentos do



CRM e do CR na reunião de 18 de Março de 2022. Por deliberação do CA de 31 de Dezembro de 2021, foi aprovada a composição dos Comités de Riscos e de Remunerações, sendo que no CA de 18 de Março 2022 foi aprovada a composição do CACI, que desempenha as funções por lei cometidas ao Comité de Auditoria e ao Comité de Controlo Interno.

O BCGA, a 31 de Dezembro de 2023, cumpria assim com todos os aspectos relacionados com o Modelo de Governo e que decorrem do novo Regime Jurídico das Instituições Financeiras, consagrado na Lei 14/21, de 19 de Maio, e no Aviso 01/22, designadamente, a composição do Conselho Fiscal e a constituição de Comités especiais (Comité de Auditoria e Controlo Interno, Comité de Riscos e Comité de Remunerações), tendo alterado o seu Estatuto em conformidade.

IV – Remunerações e benefícios dos membros dos órgãos sociais em vigor durante o ano de 2023

De acordo com a OS nº 19/2020, Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BCGA, em vigor, foram as remunerações aprovadas na Assembleia Geral de 31 de Março de 2023, com base na proposta da CROS de 27 de Fevereiro de 2023.

As remunerações fixas dos Membros dos Órgãos Sociais são determinadas em USD.

Foram pagas em 2023 as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos Sociais, traduzidas em milhares de Kwanzas:

Quadro de Remunerações de 2023
Administradores Executivos

	(milhares de Kwanzas)	
Remunerações Administradores Executivos	31/12/2023	31-12-2022
Remuneração base	988 362	645 887
Subsídios de férias e de Natal	277 248	99 764
Subsídios de alojamento e despesas de educação	11 001	25 927
Remuneração variável	111 020	61 620
Seguro de saúde e acidentes de trabalho	59 747	41 387
Encargos Obrigatórios	35 297	17 981
Total	1 482 675	892 566

	(milhares de Kwanzas)	
Remunerações Administradores Executivos	Remuneração Base	
	31/12/2023	31/12/2022
João Manuel de Castro Plácido Pires	236 970	157 079
Ana Margarida Bravo Seabra	187 848	50 166
Francisco José Rosado dos Santos	187 848	122 017
Francisco M. R. Luiz de Oliveira da Silva	187 848	122 017
Manuel Nicolau Pedro Diogo	187 848	122 017
Pedro Fernando Raposo Marques	-	72 592
Total	988 362	645 887

Quadro de Remunerações de 2023
Membros do Conselho Fiscal



(milhares de kwanzas)

Remunerações Conselho Fiscal	31/12/2023	31-12-2022
Remuneração base	115 765	76 832
Subsídios de férias e de Natal	18 908	13 577
Encargos Obrigatórios	3 910	1 586
Total	138 583	91 995

(milhares de kwanzas)

Remunerações Conselho Fiscal	Remuneração Base	
	31/12/2023	31/12/2022
Nelson Efeingue Bernardo	44 432	17 091
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	32 583	14 025
José Manuel Nunes Liberato	29 621	24 579
João Miguel Pacheco de Sales Luís ⁽¹⁾	9 128	21 136
Total	115 765	76 832

⁽¹⁾ Renunciou ao cargo, pelo que o processamento de remuneração cessou em Maio de 2023.

Quadro de Remunerações de 2023
Administradores Não Executivos

(milhares de Kwanzas)

Remunerações Administradores Não Executivos	31/12/2023	31-12-2022
Remuneração base	209 933	114 186
Senha de Presença	82 128	50 228
Subsídios de férias e de Natal	43 475	29 549
Encargos Obrigatórios	24 582	10 652
Total	360 118	204 615

(milhares de Kwanzas)

Remunerações Administradores Não Executivos	Remuneração Base	
	31/12/2023	31/12/2022
José Manuel Cerqueira	72 433	41 549
Carlos Manuel Amaral de Pinho	33 926	16 847
Miguel Francisco Luís Manuel	31 399	31 415
Raquel Rute da Costa David Vunge	33 926	16 847
Helena Monteiro Jardim	38 249	-
António Silva Júnior	-	7 528
Francisco Ravara Cary ⁽²⁾	-	-
Total	209 933	114 186

⁽²⁾ O valor deverá ser pago à CGD, conforme previsto no quadro remuneratório em vigor, deliberado na AG de 07 de Abril de 2022.

Na Assembleia Geral de 31 de Março/2023 foi fixado também o valor das senhas de presença às reuniões da Assembleia Geral (Presidente USD 3.500,00 e Vice-Presidente e Secretário USD 1.000,00) e dos Comités do CA (valores brutos sujeitos aos impostos devidos):

- Presidente – USD 3.500,00 (limite anual = 50.000,00 USD);
- Vogal – USD 3.000,00 (limite anual = 45.000,00 USD).



Os valores atribuídos e efectivamente estão incluídos na verba supra indicada.

Em 2023, beneficiaram de senhas de presença os seguintes membros dos órgãos sociais:

1. CACI, CR E CRM:

(milhares de Kwanzas)		
Remunerações CACI, CR e CRM	31/12/2023	31-12-2022
Senha de Presença	82 128	50 228
Total	82 128	50 228

(milhares de Kwanzas)		
Senha de Presença	31/12/2023	31/12/2022
Carlos Manuel Amaral de Pinho	22 949	23 365
Raquel Rute da Costa David Vunge	10 685	23 785
Miguel Francisco Luís Manuel	33 612	-
Helena Monteiro Jardim	14 882	-
António Silva Júnior	-	3 078
Total	82 128	50 228

Por fim, e relativamente aos membros executivos do Conselho de Administração em funções, há ainda a referir os seguintes benefícios complementares, revistos na reunião da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais e aprovados na Assembleia Geral de 31 de Março de 2023:

- Viatura, motorista ou segurança, de acordo com a política local.
- Utilização de comunicações móveis, com custos referentes a dados e voz suportados pelo BCGA.
- Seguro de saúde a definir localmente. Existindo já um seguro de saúde em vigor, deverá este ser aplicado.
- Seguro de vida de 2 Remunerações Fixas anuais brutas no caso de morte ou invalidez por doença e mais 2 remunerações fixas anuais no caso de morte ou invalidez por acidente.
- O limite mensal de pagamento de alojamento, exclusivamente aos membros da Comissão Executiva cujo país de residência habitual antes do início de funções no Banco não seja Angola, é de 10.000,00 USD (com permissão para variação de 20% do limite de 10.000 USD, em caso de flutuações cambiais), devendo estas despesas ser devidamente documentadas.
- Aos membros da Comissão Executiva cujo país de residência habitual antes do início de funções no Banco não seja Angola, pagamento de 2 viagens anuais em classe executiva, para cada membro do agregado familiar, com o limite máximo de custo correspondente ao valor das viagens Luanda/Lisboa, ou de 4 viagens são Membro da CE, no caso de não se pagarem viagens aos membros do agregado familiar,
- Pagamento das propinas até ao 12º ano de escolaridade aos dependentes, com o limite anual de 7.000 USD por dependente.



- O limite anual de despesas de deslocação e estada dos membros dos Órgãos Sociais, que não residem permanentemente em Angola e aí se deslocam, é de 35.000 USD (sem atribuição de ajudas de custos), desde que devidamente fundamentadas.
- Aos membros da Comissão Executiva cujo país de residência habitual antes do início de funções no Banco não seja Angola, pagamento, no início e fim de funções no Banco, do transporte de bens exclusivamente pessoais, até ao limite de 10m3, de e para o local de residência de partida.
- Pagamento das despesas de deslocação e estada dos membros dos Órgãos Sociais, quando imputáveis às funções, desde que devidamente fundamentadas, dentro da política de deslocação e estada do BCGA.

De forma agregada apresentamos os montantes relativos a este tipo de Benefícios:

Quadro de Benefícios de 2022 e 2023
Administradores Executivos

(milhares de Kwanzas)

Quadro de Benefícios		
	31/12/2023	31/12/2022
	Kz	Kz
Habitação	195 354	234 406
Subs.Educação dos Filhos	12 970	3 327
Seguro de Saúde	10 246	8 671
Viagens	110 059	40 599
Combustível	4 246	2 976
Despesas de Comunicação	9 029	8 648
Total	341 904	298 627

(milhares de kwanzas)

Motoristas		
	31/12/2023	31-12-2022
Remuneração base	21 507	14 312
Subsídios de férias e de Natal	7 930	3 208
Subsídios de almoço, sub técnico, sub. Parto e enxoval	8 697	5 729
Remuneração variável	4 611	2 730
Isenção de Horário	9 807	6 268
Outras Remunerações	2 119	3 052
Encargos Obrigatórios	3 064	2 556
Total	57 735	37 854

Seguro de Vida 2023

Para 2023, foi pago o Seguro de Vida para os Administradores Executivos Nacional, o seguinte:

(milhares de Kwanzas)

Seguro de Vida



	31/12/2023	31/12/2022
	Kz	Kz
Seguro de Vida – Nacional	6 294	6 294
Total	6 294	6 294

Relativamente ao seguro de vida para os Administradores executivos expatriados, o mesmo é pago à CGD, tendo sido apurado para o exercício de 2023 e 2022 o valor de Kz 38.085.000,00 e Kz 28.383.000.00, respectivamente.

Por outro lado, há a referir sobre os membros dos órgãos sociais:

- Beneficiaram, do regime geral de segurança social, quando não abrangidos por outro regime.
- Não beneficiaram de planos complementares de reforma nem de regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- Os membros executivos não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho de funções em sociedades em relação de domínio ou de Grupo com o BCGA.
- Não existem acordos que estabeleçam montantes a pagar aos membros executivos em caso de destituição por inadequado desempenho das funções.
- As compensações e indemnizações pagas ou devidas aos membros dos órgãos de administração são reguladas pelas disposições legais aplicáveis.
- Nenhum Membro dos Órgãos Sociais exerceu opção de aquisição de viatura de serviço.

No ano de 2023, foi realizado o pagamento aos Membros da Comissão Executiva por referência ao exercício do ano de 2022 (EUR 34 250) e parte diferida do exercício do ano de 2021 (EUR 34 500).

	EUR
	31/12/2023
Prémios do Exercício do Ano de 2022	34 250
Prémios Diferidos do Exercício do Ano de 2021	34 500
Total	68 750

Em conformidade com a actual Política de Remunerações, as regras estabelecidas relativamente à componente variável da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não poderão ser afastadas, designadamente através da utilização pelos mesmos de quaisquer mecanismos de cobertura do risco, incluindo seguros de remuneração, tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades e componentes que compõem a sua remuneração, nem, bem assim, através do pagamento da componente variável da remuneração por intermédio de entidades instrumentais ou outros métodos com efeito equivalente.

V - Critérios e Estrutura das Remunerações em vigor

A Política de Remunerações que entrou em vigor em 2021 e que mereceu uma revisão em 2022 foi definida tendo em vista desincentivar a assunção excessiva e imprudente de riscos, promover e ser coerente com uma gestão de riscos sã e prudente, assegurar a compatibilidade dos mecanismos de remuneração definidos com a estratégia, os objetivos



e os interesses de longo prazo do Banco e promover a competitividade, tendo em conta as práticas remuneratórias de outros Bancos e Instituições comparáveis.

Assim, a Política de Remuneração estabelece a fixação das políticas e práticas remuneratórias do universo abrangido, dando relevância aos critérios de atribuição, determinação do valor, limites e composição da componente variável da remuneração, devendo ser alvo de actualização e revisão, sempre que se considerar adequado ou necessário, tendo em vista o cumprimento dos objetivos da mesma.

A remuneração e respetiva composição são coerentes com a estrutura de governo do Banco e estão alinhadas com o perfil de risco tolerado e que é revisto anualmente, sendo que a remuneração dos administradores executivos é composta por uma componente fixa e uma componente variável, esta última de atribuição não garantida.

Nos termos da Política de Remuneração, o valor da componente variável da remuneração não pode exceder o da remuneração fixa, para assegurar que a componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total dos administradores executivos, de modo a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível relativamente à componente variável, incluindo a possibilidade do seu não pagamento. Além disso, uma parte da mesma é paga de forma diferida caso seja superior a EUR 20.000 ou represente mais do que um terço da remuneração total anual dos próprios.

O valor da remuneração variável teve em conta: o desempenho e resultados globais do Banco e a política seguida nesta matéria em instituições comparáveis.

A remuneração dos Administradores Não Executivos e membros do Conselho Fiscal, por sua vez, é composta exclusivamente por uma componente fixa, não integrando qualquer componente variável nem estando a sua atribuição dependente dos resultados do Banco.

VI - Avaliação dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Nos termos estabelecidos no Artigo 60º da Lei nº 14/2021, procedeu a CROS a uma avaliação do desempenho dos membros da Comissão Executiva, a qual teve em consideração o seguinte:

- Critérios ligados aos resultados alcançados pelo próprio BCGA, v.g. constantes dos objectivos constantes da declaração de apetência pelo risco (“*Risk Appetite Statement*”); e
- Critérios de índole comportamental, nomeadamente quanto aos quesitos de Visão Estratégica, Liderança, Tomada de Decisão, Orientação para a Mudança e Criação de Valor.

Em anexo à presente declaração, consta o Relatório RAS *Dashboard*, com resultados atingidos pelo Banco, no final de 2023 em matéria dos limites de apetência pelo Risco, constatando-se terem sido cumpridos confortavelmente em todos os limites. Destacam-se os principais indicadores, nomeadamente termos de solvabilidade (26%) justificado por alterações regulamentares de agravamento de ponderadores de risco, que têm estado a ser introduzidos de forma faseada, em cumprimento com o Aviso 8/2021 do BNA. O rácio de transformação (39%), “*liquidity coverage ratio*” (555%), “*net stable funding ratio*” (189%), rentabilidade dos capitais próprios (29%), rentabilidade dos activos (4,3%), rácio de “*non performing exposures*” (4,7%). Destaque igualmente para a redução



do “cost-to-income” fixando-se dentro do limite (32,8%) e custo do risco (2,3%). De um modo geral foram atingidos todos os objectivos definidos.

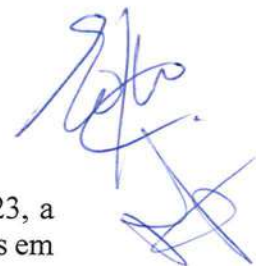
É ainda de destacar a redução significativa das deficiências de risco alto de um total de 3 deficiências para 0 no final de 2023, e a redução das deficiências relacionados com branqueamento de capitais, na métrica de “*Prevention of Money Laundering, Market Abuse, Sanctions and Embargoes*”, tendo o Banco iniciado o ano com 23 deficiências e fechado com 5, abaixo do limite de 8 definidos em RAS.

De assinalar o aumento de 8,3% das reclamações de clientes, face ao período homólogo anterior, conforme relatório em anexo, relativo a reclamações – 2º semestre de 2023.

VII - Considerações finais

Tendo em conta que:

- a) O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o crescimento económico mundial abrande em 2024 devido a vários factores, incluindo o aumento das tensões geopolíticas, as revisões em baixa para a Zona Euro, os potenciais riscos de abrandamento global decorrentes da desaceleração do crescimento da China e a volatilidade dos preços dos produtos de base no contexto de choques climáticos e geopolíticos.
- b) A previsão de referência, no seu World Economic Outlook (WEO) de Outubro, aponta para um abrandamento do crescimento mundial de 3,5% em 2022 para 3,0% em 2023 e 2,9% em 2024, muito abaixo da média histórica. O Banco Mundial (BM) reviu as suas projecções, estimando uma desaceleração do crescimento mundial de 3% em 2022 para 2,6% em 2023, com previsão de que volte a cair para 2,4% em 2024, sustentado pela elevada inflação, altas taxas de juro, redução de investimentos e as repercussões da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.
- c) A Agência Internacional de Notação Financeira, Moody's, no seu relatório do mês de Outubro, reiterou a notação de risco soberano em “B3” com perspectiva positiva, impulsionado sobretudo, pela melhoria da posição fiscal e redução da dívida em dólares, bem como pela gestão cambial orientada para manutenção dos níveis das reservas internacionais.
- d) As Reservas Internacionais Brutas (RIB) fecharam no final de Dezembro 2023 com um montante de USD 14,7 MM, registando uma subida de mais de USD 214 M face a Dezembro de 2022 (USD 14,5 MM). Este nível de reservas cobre apenas cerca de 7,8 meses de importações, pressionado pela depreciação cambial da moeda nacional contra o USD, e pela diminuição na oferta de divisas no mercado devido a redução no preço e na produção de petróleo este ano.
- e) A inflação, apesar da sua desaceleração ao longo do ano de 2023, continua alta, impactada pelo aumento da volatilidade dos preços das matérias-primas, pelo aumento dos choques climáticos e a crescente instabilidade no cenário geopolítico, com guerras no Leste Europeu e no Médio Oriente, que representam sérios riscos para a estratégia de desinflação a nível internacional. No cenário nacional, a dependência de Angola nas importações, aliada a uma fortíssima depreciação do Kwanza,



estiveram na base da viragem na tendência da inflação. No final do 4ºT de 2023, a inflação homóloga fixou-se em 20,01%, um acréscimo de 6,15 pontos percentuais em relação ao trimestre homólogo em 2022.

- f) As taxas de juro em muitas economias foram aumentando a um ritmo muito mais lento do que a inflação, uma vez que os Bancos Centrais tentam, geralmente, olhar através de flutuações impulsionadas pelos preços das commodities. No entanto e apesar dos recentes aumentos da política nominal, as condições monetárias, inclusive em grandes economias como a dos Estados Unidos e a dos estados membros da Zona Euro, continuam a ser adaptáveis. A nível nacional, ao longo dos primeiros quatro meses do ano, observou-se uma acentuada desaceleração do nível geral das taxas de juro. Com a inversão da tendência de queda dos preços na economia nacional, desde Maio, com a depreciação do Kwanza em relação às principais moedas utilizadas nas transacções com o exterior e com o aumento da oferta de bens essenciais de amplo consumo, o Banco Nacional de Angola entendeu estarem reunidas as condições para a redução da taxa de juro, fixando-se a LUIBOR a 1 mês em 7,9% a Dezembro de 2023.

O total dos encargos remuneratórios e complementares com órgãos sociais equivalem a 14,4% do total dos custos com pessoal do BCGA em 2023.”

Transcrição da Reavaliação da Adequação para a Seleção dos Membros dos Órgão de Administração e Fiscalização:

“1. Nos termos do disposto no número 6. da "Política de Avaliação da Adequação para a Seleção dos Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais do Banco Caixa Geral Angola (BCGA) (adiante designada apenas por Política), cabe à Comissão de Remunerações dos órgãos Sociais (CROS) do Banco Caixa Geral Angola (Caixa Angola), a reavaliação da adequação das pessoas aptas para integrar o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

2. A CROS, procedeu à reavaliação dos requisitos de adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização de acordo com o ponto 8. da Política de Avaliação da Adequação para a Seleção dos Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais do Banco Caixa Geral Angola (BCGA), e de acordo com os seguintes pressupostos:

a) Verifica-se que todos os membros possuem competências para as funções a desempenhar, quer ao nível das suas qualificações académicas, quer pela experiência profissional adquirida ao longo da sua carreira, enquadrando assim, os requisitos do Aviso n. 2 11/2020, do Banco Nacional de Angola.

b) Verificou-se igualmente que todos os membros a integrar o Conselho de Administração e Fiscalização, reúnem os requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência e disponibilidade para o exercício das suas funções, cumprindo assim com os requisitos individuais de adequação, estabelecidos no ponto 8. da referida Política.

O presente parecer deve ficar apenso à Declaração Anual sobre a Política de Remuneração dos MOAF do BCGA, a apresentar em Assembleia Geral, do dia 28 de Março de 2024.”

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos accionistas que o desejassem.



Porque nenhum accionista pediu a palavra o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Realizada a votação relativa ao Ponto Quatro – “Apreciar a Declaração Anual da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização” - a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 18.208 votos a favor, 507 votos contra e 395 votos de abstenção.

Ponto 5. Deliberar sobre a delegação na Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais da competência para definir a remuneração individual dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade, relativa ao exercício de 2023, na sua componente variável, com observância do montante global máximo e da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovadas pela Assembleia Geral:

Entrando no Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa lembrou que a proposta apresentada pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais relativa a este ponto estivera à disposição de todos desde a data da convocação da assembleia, sendo dispensável a sua leitura, sendo a mesma transcrita para a acta:

“I – Atribuição de Prémio de Desempenho aos Membros da Comissão Executiva por referência ao ano 2023:

1. Considerando que:

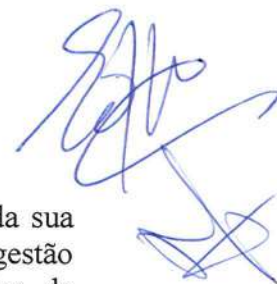
a) A remuneração dos Administradores pode, em parte, consistir numa percentagem, fixada pela Assembleia Geral, dos lucros do exercício, nos termos do n.º 2 do artigo 420.º da Lei das Sociedades Comerciais;

b) Com a entrada em vigor do artigo 191.º da Lei n.º 14/2021, que aprovou o Regime Geral das Instituições Financeiras, os Estatutos do BCGA passaram a prever a existência de um Comité de Remunerações, com competência para formular juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração e sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez, devendo observar os interesses de longo prazo dos acionistas, dos investidores e de outros interessados na instituição, bem como o interesse público;

c) Os Estatutos do BCGA preveem a existência de uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS) composta por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, com competências para estudar e propor à Assembleia Geral os critérios, parâmetros e métodos de cálculo da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais;

d) Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 10.º do Aviso n.º 10/2021 do Banco Nacional de Angola, entretanto revogado pelo Aviso n.º 1/2022, a Autoridade de Supervisão sinalizou a conveniência de as Instituições Financeiras delegarem competências num ou mais accionistas, no que respeita à remuneração dos membros dos órgãos sociais;

e) Para além da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização aprovada em 23 de abril de 2021 pela Assembleia Geral do BCGA, a atribuição de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração é matéria regulada e parametrizada em diversos normativos específicos, designadamente o artigo 186.º do Regime Geral das Instituições Financeiras, e os artigos 20.º e 21.º do Aviso n.º 1/2022, que preveem inclusivamente a faculdade de o Banco Nacional de Angola



solicitar que o BCGA demonstre que os incentivos proporcionados no âmbito da sua política de remuneração de administradores tem em consideração os aspectos de gestão de riscos, adequação de capital e liquidez, bem como de determinar medidas de compensação de qualquer risco adicional resultante da inadequação da política implementada, inclusive impor a revisão da referida política ou reforço de capital;

f) Nos termos do n.º 11.2.1. da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, o valor total da componente variável da remuneração a atribuir aos Administradores Executivos será determinado pelos accionistas no seguimento de proposta da CROS, sendo que o respectivo n.º 13.1.1. dispõe que a determinação do montante concreto da componente variável a propor aos accionistas para atribuir a cada Administrador Executivo é feita em Assembleia Geral sob proposta da CROS;

g) Verifica-se, assim, que a definição do valor individual de remuneração variável a atribuir a cada Administrador Executivo é um processo não discricionário, parametrizado pelos critérios objectivos vigentes, e balizado pelo valor global de remuneração variável que seja definido pela Assembleia Geral do BCGA, não se justificando, desta forma, o esvaziar das competências da CROS nesta matéria e a necessidade de intervenção da Assembleia Geral de uma sociedade aberta para a definição do referido valor individual de remuneração variável.

2. A CROS do BCGA submete aos accionistas a seguinte proposta:

a) Aprovar o montante global máximo de 166.000.000 Kwanzas, a ser atribuído em 2024 a título de remuneração variável aos Administradores Executivos, por referência ao exercício de 2023;

b) Delegar na CROS a competência para a determinação do montante individual de remuneração variável a atribuir a cada Administrador Executivo em 2023, devendo tal competência ser exercida tendo em conta os critérios definidos para o efeito na legislação e na regulamentação vigentes.

II – Proposta de Revisão da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização:

1. Considerando:

a) O que acima consta das alíneas f) e g) sobre o que dispõe a norma em vigor sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, justificando-se assim que a Assembleia Geral delegue na CROS a competência para aprovar o montante individual de remuneração variável a atribuir a cada Administrador Executivo, a fim de evitar que todos os anos a Assembleia Geral tenha que delegar tal competência;

b) O que já consta da Acta da Assembleia Geral de 31 de Março de 2023, no Ponto 7, que a seguir se reproduz: “Sem prejuízo da revisão da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, a submeter oportunamente à apreciação da Assembleia Geral do BCGA com vista a atribuir à CROS as competências para a determinação do montante individual de remuneração variável a atribuir a cada Administrador Executivo”;

c) A nova exigência regulamentar que obriga as instituições financeiras europeias a considerarem agora os factores de risco ambientais, sociais e de governo (factores



Environmental, Social and Governance - ESG), tendo a CGD adoptado uma norma nesse sentido, já transposta para o BCGA, como entidade do Grupo;

d) A decisão havida a nível corporativo de alterar o limite para diferimento da remuneração variável de 20.000 EUR para 30.000 EUR.

2. A CROS do BCGA submete aos accionistas a seguinte proposta:

a) Aprovar a revisão da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, cuja redacção se junta em anexo.”

O Presidente da Mesa da Assembleia referiu ainda o seguinte quanto a esta proposta:

- Que a proposta da CROS em discussão é acompanhada de um anexo (a Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização), que não será transcrito para a acta, mas que ficará arquivado juntamente com a documentação de suporte à reunião.

- Entendia que, ainda que constem do mesmo documento, estavam em causa três propostas, a saber:

Primeira: Aprovar o montante global máximo de 166.000.000 Kwanzas, a ser atribuído em 2024 a título de remuneração variável aos Administradores Executivos, por referência ao exercício de 2023.

Segunda: Delegar na CROS a competência para a determinação do montante individual de remuneração variável a atribuir a cada Administrador Executivo em 2023, devendo tal competência ser exercida tendo em conta os critérios definidos para o efeito na legislação e na regulamentação vigentes.

Terceira: Aprovar a revisão da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, cuja redacção se junta em anexo.

- Salvo opinião em contrário, as três propostas seriam colocadas à discussão em conjunto, mas promoveria a votação das três propostas em separado.

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos accionistas que o desejassem.

Porque nenhum accionista pediu a palavra o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Realizada a votação sobre a Primeira proposta do ponto 5 da agenda – “Aprovar o montante global máximo de 166.000.000 Kwanzas, a ser atribuído em 2024 a título de remuneração variável aos Administradores Executivos, por referência ao exercício de 2023”, a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 18.206 votos a favor, 605 votos contra e 299 votos de abstenção.

Realizada a votação sobre a Segunda proposta do ponto 5 da agenda – “Delegar na CROS a competência para a determinação do montante individual de remuneração variável a atribuir a cada Administrador Executivo em 2023, devendo tal competência ser exercida tendo em conta os critérios definidos para o efeito na legislação e na regulamentação vigentes”, a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 18.891 votos a favor, 119 votos contra e 100 votos de abstenção.

Realizada a votação sobre a Terceira proposta do ponto 5 da agenda – “Aprovar a revisão da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização,

cuja redacção se junta em anexo”, a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 18.979 votos a favor, 8 votos contra e 123 votos de abstenção.

Ponto 6. Outros Assuntos:

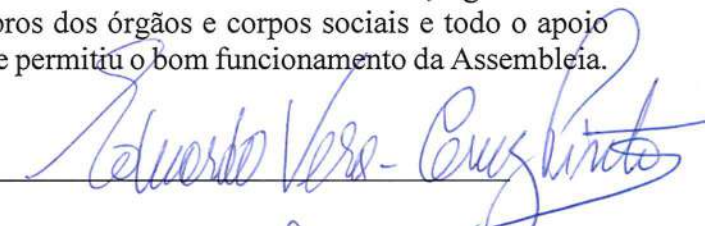
Posto à discussão o Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa referiu que este se tratava de um momento sem natureza deliberativa e que poderia ser utilizado pelos senhores accionistas e/ou pelos membros dos órgãos sociais transmitirem ou tomarem posição relativamente a algum aspecto do interesse do Banco e que não esteja compreendido nos restantes pontos da Ordem de Trabalhos.

Como ninguém pediu a palavra, foi esgotada a ordem de trabalhos pelas 12,00 horas, o Presidente da Mesa declarou então suspensão a Assembleia durante cerca de 20 minutos, para que fosse lavrada a presente acta.

Reabertos os trabalhos pelas 12,30 horas, o Presidente da Mesa leu um resumo da presente acta à medida que ia explicando o seu conteúdo. Tendo sido perguntado aos accionistas se pretendiam algum esclarecimento sobre o conteúdo da acta. Não tendo sido solicitado qualquer esclarecimento, a presente acta foi colocada à votação, a qual foi aprovada por unanimidade, pelo que vai ser assinada, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do contrato da sociedade, pelo seu Presidente e por mim Secretário, para que faça fé.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão, agradeceu a participação dos accionistas e dos membros dos órgãos e corpos sociais e todo o apoio recebido dos colaboradores do Banco, que permitiu o bom funcionamento da Assembleia.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Secretário da Mesa

